

Instituto Histórico e Geográfico de Juazeiro: resguardando a memória para gerações futuras do semiárido¹

Maria Luiza do Nascimento Martins²

Andrea Cristiana Santos³

Universidade do Estado da Bahia - UNEB

RESUMO

Este artigo busca compreender a concepção do Instituto Histórico e Geográfico de Juazeiro, através das motivações e contexto histórico que levaram as professoras Maria Franca Pires e Esmelinda Pergentino Calazans Nunes a coletar documentos e organizar um acervo historiográfico. A partir de pesquisa qualitativa e documental, foram analisados documentos como atas e entrevistas em periódicos. Verificou-se a importância das fontes documentais para geração de conhecimento no campo da comunicação, por meio das materialidades comunicacionais presentes no acervo.

PALAVRAS-CHAVE: memória; comunicação; historiografia; semiárido; acervo.

INTRODUÇÃO

Com a construção da Usina Hidrelétrica de Sobradinho no início da década de 1970, no município baiano, a população sanfranciscana percorria as ruas com um medo em comum: de que as suas respectivas cidades fossem inundadas para que a Usina pudesse ser erguida. Tal aflição foi realizada de fato, quando as localidades baianas de Casa Nova, Pilão Arcado, Sento Sé e Remanso foram inundadas (Santos; Barros; Nobre, 2021, p. 305).

Popularmente conhecida como “Barragem de Sobradinho”, a obra foi inaugurada em Sobradinho, no ano de 1979, através da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF). Sob promessas de garantir a geração de energia elétrica, pessoas foram separadas das suas famílias e realocadas, além de terem as cidades inundadas, suas vidas interrompidas, e, de certa forma, suas histórias perdidas.

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho Comunicação e Semiárido, evento integrante da programação do 25º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 26 a 28 de junho de 2025.

² Estudante de Graduação 4º. semestre do Curso de Jornalismo da UNEB e bolsista de Iniciação Científica PICIN/UNEB 2024/2025, email: mariludiscente@gmail.com.

³ Professora do Curso de Jornalismo da UNEB, email: andcristianasantos@gmail.com.

Nesse cenário, se “a história é a substância da sociedade” (Heller, 2008, p. 12), o que ocorre com um lugar inundado que não possui história documentada? Se a cultura material de um município se faz em acervos, bibliotecas e institutos, um lugar sem uma organização como essa, é, então, uma região sem memória? A partir desse questionamento, as professoras Maria Franca Pires (1915-1988), e Esmelinda Pergentino Calazans Nunes planejaram criar, na década de 1980, o Instituto Histórico e Geográfico de Juazeiro: uma organização responsável por catalogar dados históricos de toda a área potencial do município, mas divulgá-los. Ademais, ao ser base de pesquisas, o Instituto⁴ poderia colaborar para a ciência histórica, além de preservar a memória cultural da cidade.

Dessa maneira, de acordo com Certeau (1992, p. 66), “[...] da reunião dos documentos à redação do livro, a prática histórica é inteiramente relativa à estrutura da sociedade”. Nesse sentido, a forma de “produzir história” se relaciona com o contexto em que o historiador está socialmente inserido. Assim, o contexto do semiárido dos anos 1980 em que Pires e Nunes estavam presentes - reféns de empresas que surgiam para explorar as cidades do interior - influenciou no modo como as fontes históricas deveriam ser arquivadas sob risco de perda da memória histórica.

Apesar do projeto do Instituto Histórico e Geográfico de Juazeiro ter sido aprovado em um primeiro momento pela prefeitura do município (JUAZEIRO..., 1985, p. 22-23), na década de 1980, posteriormente, a decisão foi revogada. Já arquivados, os materiais catalogados para o uso do futuro Instituto ficaram em posse da professora Maria até a sua morte, em 1988. Em 2006, foram doados à professora Odomaria Rosa Bandeira Macedo, do Departamento de Ciências Humanas III (DCH III), da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), em Juazeiro (BA), constituindo o Acervo Maria Franca Pires. Composto por jornais locais (Juazeiro) e regionais (Bahia), fotografias locais do século XX, folhetos, convites, atas, pesquisas de mapeamento e materiais em áudio, o AMFP⁵ é um reflexo da concepção do Instituto, que pretendia ser uma fonte de difusão de conhecimento por meio da visita pública e acesso online, via blog <https://projetomariafrancapires.blogspot.com> e o perfil no instagram @acervomfp.

⁴ Para falar de forma mais direta, o estudo se refere ao Instituto Histórico e Geográfico de Juazeiro apenas como “Instituto”, com a letra I maiúscula.

⁵ Abreviação de Acervo Maria Franca Pires.

Diante da relevância do acervo, este estudo analisa a concepção do Instituto Histórico e Geográfico de Juazeiro, como também a sua organização interna. Como problemática de pesquisa, procura compreender de que forma a documentação catalogada para o Instituto pode resguardar a memória para gerações futuras, através da difusão dos conhecimentos adquiridos por meio dos materiais arquivados. Analisa ainda de que forma as materialidades estudadas podem ser base de pesquisas no campo da comunicação e das ciências humanas, através do AMFP.

METODOLOGIA

Esta pesquisa qualitativa e documental está ancorada no quadro da micro-história da comunicação (Santos, 2016), a fim de identificar as fontes e as representações que se dão a ler a partir dos fragmentos. Entender os fragmentos como possibilidade de acesso ao passado, resíduos, artefatos que nos chegam ao presente pelo conjunto de materiais produzidos em um passado e em determinadas condições (Lowenthal, 1998). Ainda, a partir do fazer historiográfico (Certeau, 1992), o estudo analisa como as professoras, que planejaram o Instituto, são agentes da historiografia ao catalogar arquivos e difundi-los principalmente através do campo comunicacional.

Por fim, o *corpus* de pesquisa é constituído pela documentação do Instituto que foi datilografada por Maria Pires e Esmelinda Nunes, em 1984, e atualmente está disponível no AMFP. Para facilitar a compreensão do leitor, o resumo expandido apresenta a organização do Instituto nas categorias: Apresentação, justificativa, objetivos e metas, tarefas e cronograma. A interpretação da documentação foi realizada a partir da análise de Conteúdo (AC) de Bardin (1997).

A IDEALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DO PROJETO DO INSTITUTO

Banhado pelas águas do Rio São Francisco, o município de Juazeiro (BA), localizado no semiárido nordestino, é uma cidade conhecida nacionalmente por ser palco de turismo, folclore e cultura. Posto a isso, o Instituto Histórico e Geográfico de Juazeiro foi pensado em um contexto que buscava resguardar os artefatos e objetos de memória para gerações futuras, prevendo uma amnésia coletiva diante da inundação das quatro cidades do Vale do São Francisco. Além disso, o Instituto buscou em seu planejamento, arquivar e divulgar a história local, como um meio de conservar os materiais e haver preservação da memória para a população local. Dividido em apresentação, justificativas, objetivos e metas, tarefas/procedimentos, cronograma de

execução e conclusão, o projeto feito por Maria Franca Pires e Esmelinda Pergentino Calazans Nunes aborda a execução das atividades realizadas pelo Instituto e explica o funcionamento.

1) Apresentação, justificativa, objetivos e metas:

Como já mencionado, o Instituto idealizado por ambas as professoras, foi pautado a partir da finalidade de divulgar a história juazeirense. A organização também iria catalogar dados históricos desde os primórdios de Juazeiro, para que os fatos “não fiquem sem ser registrados”, como dizia Maria Franca Pires, e seja preservada a cultura local.

Outros objetivos a serem realizados incluíam promover atividades para a população local e despertar nos moradores o interesse pela história da cidade. Somado a isso, no quesito metas, foi documentada a criação de departamentos do instituto, sendo eles: Departamento de Documentação e Fatos Históricos de Juazeiro (BA), Departamento de Documentação da Cultura Literária, Musical e Artística dos Filhos da Terra, Departamento de Biografias, Departamento de Objetos e Departamento de Entrevistas. Ainda havia a previsão de criar os setores de: Folhetos sobre a cidade, Mini-Biblioteca, Calendário Cívico Juazeirense, Confecção dos Estatutos, Mini-Museu do Som, Cursos Artesanais e Formação do “Grupo de Teatro Surubim”.

Entende-se, portanto, que cada material levantado, seria catalogado e remanejado para cada departamento e/ou organização apresentada. Desse modo, segundo Certeau (1992, p. 73), “em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em ‘documentos’ certos objetos distribuídos de outra maneira. Esta nova distribuição cultural é o primeiro trabalho”. Sob esta ótica, a perspectiva de Certeau se relaciona a ação de Pires e Nunes, ao escolher, reunir e separar, e por fim, catalogar cada um dos materiais que compunham o Instituto Histórico e Geográfico de Juazeiro, como uma escolha ativa das historiadoras, sendo elas, agentes da historiografia.

2) Tarefas e cronograma:

Outrossim, na seção de tarefas, entre diversas iniciativas a serem realizadas, destacam-se: levantar contatos de pessoas e/ou entidades para a obtenção de dados e/ou fatos históricos, pesquisa com produção literária, musical e artística e campanha para a aquisição de objetos que de alguma forma, se conectam com a história do município.

Para atender a esse objetivo, realizaram também entrevistas com a população, além da catalogação de fotografias e jornais. Em seguida, foram adicionadas também as atividades: palestras temáticas, cursos artesanais, a fim de integrar a comunidade local e conscientizar sobre a preservação da memória histórica e difusão do conhecimento adquirido. Além disso, o cronograma iria ser estabelecido de acordo com a ordem das metas.

Tendo em vista que o Instituto obteve o planejamento finalizado em 1984, ainda não era possível a digitalização de materiais. De forma análoga, “[...] o avanço da História enquanto ciência se faz acompanhado de uma renovação de métodos e técnicas em que todos os meios foram e continuam a ser usados para tentar vencer suas lacunas e seus silêncios” (Samara; Tupy, 2007, p. 81). Posto a isso, se faz interessante especular como determinados planejamentos seriam feitos atualmente. Sob tal ótica, é possível raciocinar que, na década de 1980, era preciso que, a cada material catalogado, as informações registradas seriam manuscritas ou datilografadas. Caso fossem sonoras, como no Mini-Museu do som, provavelmente as informações levantadas seriam reorganizadas em fitas cassete ou em CD 's. Entretanto, se o projeto do Instituto Histórico e Geográfico de Juazeiro fosse realizado no século XXI, os materiais poderiam ser facilmente catalogados através de digitalizações, transcrições em e inventários digitais. No tocante a questão de som, poderiam ser utilizados aplicativos de áudio para registros.

A idealização do Instituto prosperou e, atualmente, os materiais do acervo estão disponíveis no blog <https://projetomariafrancapires.blogspot.com> e no instagram @acervoamfp. Diante disso, o acervo utiliza dos meios digitais como uma forma de difundir as fontes catalogadas, podendo ser fonte para jornalistas e pesquisadores do campo da comunicação e das ciências humanas. Do mesmo modo, ao externalizar os documentos catalogados para o Instituto, o AMFP traduz as materialidades para um ato comunicacional, a fim de cumprir a finalidade prevista por Pires e Nunes de “reativar o patrimônio histórico deste município” (JUAZEIRO..., 1985, p. 22-23).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do material analisado, compreende-se que a concepção do Instituto Histórico e Geográfico de Juazeiro surgiu em um contexto social de necessidade de salvaguardar a memória para gerações futuras, devido aos processos de transformação

social como a construção da Usina Hidrelétrica de Sobradinho. Ademais, entende-se que Maria Franca Pires e Esmelinda Pergentino desenvolveram uma operação historiográfica (Certeau, 1992) através da catalogação das fontes documentais.

Nessa perspectiva, de acordo com Certeau (1992, p. 74), “coleccionar, durante muito tempo, é fabricar objetos: copiar ou imprimir, reunir, classificar [...]”, tornando um “ator na cadeia de uma história por fazer ou por refazer”. Dessa maneira, o ato de coleccionar é um processo ativo, que envolve catalogar e reproduzir materiais, como também envolve dar sentido a uma sucessão de acontecimentos do passado, a fim de colaborar para a construção de narrativas a serem feitas no futuro.

Portanto, com base no planejamento do Instituto Histórico e Geográfico de Juazeiro, verifica-se que os materiais catalogados auxiliaram na colaboração da memória histórica local, sendo fonte de produção de conhecimento de caráter monográfico (Trabalhos de Conclusão de Curso, dissertações e teses), bem como para criação de produtos de mídia para redes sociais, constituindo-se como uma fonte para jornalistas e pesquisadores das áreas da comunicação e das ciências humanas.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

CERTEAU, M. **A Escrita da História**. 1 ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1982.

HELLER, A. **O Cotidiano e a História**. 8 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

JUAZEIRO TERÁ INSTITUTO GEOGRÁFICO HISTÓRICO. **Fatos do Vale**, Bahia, 1985. Cultura, p. 22-23.

LOWENTHAL, D.; HADDAD, T. L.; MALUF, R. técnica: M. Como conhecemos o passado. Projeto História: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [S. l.], v. 17, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11110>. Acesso em: 1 maio. 2025.

SAMARA, E. M.; TUPY, I. S. S. T. **História e Documento e metodologia de pesquisa**. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SANTOS, A. C.; BARROS, E. R.; NOBRE, R. O discurso jornalístico a respeito do progresso no Rivale no tempo da construção da barragem de Sobradinho. **Revista Brasileira de História da Mídia**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 305-321, jan./jul. 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/rbhm/article/view/10635/778>. Acesso em: 1 maio. 2025.